

APRESENTAÇÃO DO CURSO DE ATUALIDADES

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado neste concurso público.

Sou o Professor Leandro Signori, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de **Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira, Geografia e Conhecimentos Regionais dos Estados e Municípios**.

Junto comigo, no Fórum de Dúvidas e em outras atividades do curso, está o **Professor Matheus Signori**, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Feita a apresentação, agora vamos falar do curso.

Atualidades é uma disciplina que deve ser estudada como as demais, fazendo um curso preparatório, compreendendo a teoria e resolvendo centenas de questões da matéria.

Digo isso porque muitos concursaços pensam que para estar preparado para a prova de Atualidades é só acompanhar o noticiário, ler jornais e revistas. Ledo engano! No momento da prova, percebem o quanto estavam errados.

Uma boa preparação na disciplina começa por conhecer o contexto, os conceitos e as vinculações históricas de temas relevantes que conformam o complexo mundo em que vivemos. No nosso curso, vamos trazer estes temas e lhe ensinar nesse enfoque pedagógico.

Atualidades também não é o show do milhão ... 😊 ... em que o candidato tem que saber de tudo, ser uma enciclopédia ambulante. Embora a disciplina seja vasta, há um grupo de assuntos que comumente são cobrados nas provas.

– E o que fazemos no curso?

– Ora! Com a experiência que temos, selecionamos os assuntos contextuais e factuais que as bancas gostam de cobrar na prova.

Dessa forma, **ao final do curso, você terá o suporte intelectual necessário para alcançar um excelente desempenho em Atualidades, na hora da prova.**

Além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de 300 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas, você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas, é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo tem um link onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Telegram: https://t.me/profleandrosignori** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

GLOBALIZAÇÃO

Globalização e desglobalização

A globalização pode ser entendida como o **processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta**. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por outros cantos do globo**.

Para entendermos a globalização, é preciso saber que o fenômeno em si começou há muito tempo. Os primeiros passos rumo à conformação de um mercado mundial e de uma economia global remontam aos séculos XV e XVI, com a **expansão ultramarina europeia**. A chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, deu início ao que alguns historiadores chamam de primeira globalização.

O **desenvolvimento do mercantilismo** estimulou a procura de diferentes rotas comerciais da Europa para a Ásia e a África, gerando grande quantidade de riquezas para alguns países e para a grande burguesia europeia. Esses lucros, somados ao ouro e à prata extraídos das minas do continente americano forneceram a base para a Revolução Industrial no fim do século XVIII.

Por sua vez, a **Revolução Industrial** desenvolveu o trabalho assalariado e o mercado consumidor. As **descobertas científicas** e as **invenções** provocaram grande expansão dos setores industrializados e possibilitaram a exportação de produtos mundo afora.

No fim do século XIX, começam a surgir as **corporações multinacionais**, industriais e financeiras, que vão se reforçar e crescer durante o século XX. O mercado mundial estava, então, atingindo todos os continentes. Porém a **interdependência econômica** entre os países vai ficar evidente com a depressão norte-americana de 1929 – quebra da Bolsa de Valores de Nova York - que teve consequências negativas no mundo todo.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da **revolução tecnológica**, especialmente no setor de telecomunicações. A internet, a rede mundial de computadores, revelou-se a mais inovadora tecnologia de comunicação e informação do planeta. As trocas de informações (dados, voz e imagens) tornaram-se quase instantâneas, o que acelerou em muito a integração das atividades econômicas.

A **revolução tecnológica possibilitou ao capital uma veloz circulação pelo globo**, facilitando os **investimentos diretos e os movimentos especulativos**. As cadeias produtivas se espalharam pelo mundo, com empresas transferidas (relocalizadas) para países com menor custo de produção (salários, impostos etc.).

A **globalização** não é um processo acabado. É um processo em curso, **comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais**. O poder dessas empresas ultrapassa cada vez mais o poder das economias nacionais. O **grande capital financeiro** (bancos, bolsas de valores, especuladores, financistas etc.) **hegemoniza o capital produtivo**. Ambos estão cada vez mais entrelaçados.

A característica central desse período globalizante é a **interdependência** entre os atores econômicos globais – governos, empresas e movimentos sociais. Cabe destacar que o **desmantelamento do sistema socialista**

foi um importante fator que contribuiu para a globalização e a expansão mundial do capitalismo. A derrocada dos regimes do socialismo real, a partir de 1989, fez com que os antigos países socialistas se integrassem ao mercado global capitalista nos anos subsequentes.

Nas últimas décadas, a expansão do comércio global resultou na intensificação do fluxo de capitais entre os países. A busca de maior lucratividade levou as empresas a investirem cada vez mais no mercado financeiro, que se tornou o centro da economia globalizada.

A atual mobilidade do mercado mundial permite também que grandes empresas façam a **relocalização de suas fábricas** – nome que se dá ao fechamento de unidades de produção em um local e sua abertura em outra região ou outro país. Esse mecanismo é globalmente usado para cortar gastos com mão de obra, encerrando a produção em países nos quais os salários são maiores, para organizar a produção onde há menos custos – também de impostos e infraestrutura produtiva. À medida que as nações reduzem suas barreiras comerciais no contexto da globalização, a fabricação em qualquer ponto do mundo e a exportação para outros mercados tornam-se cada vez mais rentáveis.

Características da fase atual da globalização:

- **Diminuição do poder dos Estados nacionais** em detrimento às grandes **corporações multinacionais/transnacionais** – Essas corporações operam em dezenas de países, empregam direta ou indiretamente, cada uma, dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores e movimentam bilhões de dólares anualmente. No mundo globalizado, possuem grande poder de negociação e de influência sobre decisões governamentais e de organismos internacionais e atuam em prol dos seus interesses econômicos. Podem tomar decisões que vão afetar a vida de milhares de pessoas e a economia de uma região ou regiões de um país ou do próprio país.
- **Multipolaridade** – Com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.
- **Nova Divisão Internacional do Trabalho** – É a divisão produtiva em âmbito mundial, direcionando o que cada país ou região produz em determinado momento histórico. Na nova DIT, os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (emprestimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros). Essa divisão é a regra geral, mas não pode ser vista de forma absoluta ou estanque. Exemplo: O Brasil é um exportador de aviões de alta tecnologia, mas não é a característica predominante da sua participação na DIT, que é a dos países emergentes.
- **Predomínio do capitalismo financeiro** – O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poder econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.
- **Predomínio de práticas neoliberais** – Visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.
- **Integração mundial do mercado financeiro** – A revolução nas telecomunicações propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro que opera de forma unificada pelo mundo.
- **Troca instantânea de informações** – Que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.

- **Aumento do comércio mundial**, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.
- **Proliferação de blocos econômicos** – Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias e capitais, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.
- **Seletividade das migrações** – Com muitos obstáculos à migração de trabalhadores de baixa renda em direção aos países ricos, e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, como cientistas e reconhecidos professores universitários, bem como de pessoas ricas que vão investir nesses países.
- **Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais** – A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.
- **Emergência de uma sociedade civil global** – Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

O Neoliberalismo

Pode-se afirmar que **a atual fase da globalização tem como pilar econômico o neoliberalismo**. Trata-se de um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação ou mínima participação do estado na economia. Segundo seus defensores, a presença do Estado na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

Entre os princípios formadores da ideologia neoliberal presentes na globalização econômica, destacam-se:

- Liberdade de mercado:** Consiste na eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio, tais como excesso de impostos, de leis e de regras que inibam as transações financeiras ou limitem fusões e incorporações de empresas.
- Mínima participação do Estado na economia:** Traduz a crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade. Por isso, essas empresas devem ser privatizadas (vendidas para particulares), incentivando a concorrência, barateando preços e melhorando a qualidade dos serviços e das mercadorias.
- Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos:** O Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, como saúde, educação, aposentadorias, amparo aos desempregados, entre outros. Isso provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. Na visão neoliberal, a manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.
- Livre circulação de capitais:** Visa garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.
- Flexibilização do mercado de trabalho:** A doutrina neoliberal entende que essa medida dinamiza a economia e possibilita que os empresários invistam na produção e ampliem a oferta de empregos. Com a

flexibilização, pode-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.

f) **Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros:** Significa a eliminação de qualquer protecionismo econômico. Em outras palavras, nenhum país deve coibir a livre concorrência, e a melhor maneira para garantir-la é preservar a competição entre as empresas, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira. Quem vai definir qual a melhor mercadoria a ser adquirida é o próprio consumidor, que ainda será beneficiado com uma maior variedade de artigos ofertados e a preços cada vez mais baixos e acessíveis.

A Quarta Revolução Industrial

Uma das recentes transformações na estrutura produtiva que vem ganhando corpo no mundo globalizado é a **Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0**. Segundo analistas, o desenvolvimento e a incorporação de inovações tecnológicas vão mudar radicalmente o mundo como o conhecemos e moldar a indústria dos próximos anos.

Essa nova fase será impulsionada por um **conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas**, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet. Algumas dessas inovações estão em sua fase de “infância” e ainda não mostraram todo o seu potencial.

A quarta revolução industrial não se define por cada uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre elas. Está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital, o mundo físico, que são as “coisas”, e o mundo biológico, que somos nós. Na indústria, teremos uma cadeia produtiva totalmente conectada, a chamada manufatura avançada, na qual os processos são adaptáveis às necessidades de produção, os recursos são usados com maior eficiência (usando menos energia) e produtos serão customizados de acordo com a necessidade do cliente (cada pedido é único).

Com os avanços no campo da Inteligência Artificial, os computadores estão se tornando mais rápidos e inteligentes que os humanos. Isso pode mudar a forma como trabalhamos, pois os robôs vão tomar o lugar de diversas profissões.

Na indústria, a linha de produção será quase que inteiramente automatizada, diminuindo radicalmente a mão de obra humana nas fábricas. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, de 2016 até 2020, a automação deve eliminar sete milhões de empregos industriais nos 15 países mais desenvolvidos.

A tecnologia não ameaça apenas os trabalhos de “produção”, ela também já impacta diversas profissões tradicionais. O relatório também indica que até 2025, um em cada quatro empregos conhecidos hoje deverá ser substituído por softwares e robôs.

Se a produção e o trabalho manual serão feitos por máquinas, o trabalho humano será requisitado em tarefas menos repetitivas. A pesquisa do Fórum Econômico Mundial indica que 65% das crianças que hoje entram nas escolas irão trabalhar em funções que atualmente não existem.

As áreas de Engenharia, Matemática, Ciências e Computação deverão irrigar a tecnologia vigente e gerar novos empregos. Também surgirão oportunidades para os chamados “trabalhadores do conhecimento”, pessoas que lidam com a criatividade, habilidades de negociação, estratégia e análise.

Quem tiver a habilidade de resolver problemas complexos terá um maior diferencial. E para ter maior competitividade, os países deverão investir em educação.

Apesar dos empregos do futuro, milhares de postos de trabalho deverão ser extintos, já que a indústria 4.0 poderá aumentar a produção sem precisar criar novos postos. Nesse cenário, o abismo entre quem tem baixa qualificação e alta qualificação aumentará, o que pode criar maior desigualdade social e um novo tipo de “proletariado”.

Com o aumento do desemprego e a necessidade de um crescimento sustentável, pesquisadores já estudam novos modelos econômicos, como a redução da jornada de trabalho e medidas de redes de apoio social, como o Estado pagar uma renda mínima para o cidadão.

A quarta revolução industrial também poderá aumentar ainda mais a desigualdade entre os países ricos e pobres. As economias mais prejudicadas serão as que usam mão de obra barata como vantagem competitiva, como acontece nos países em desenvolvimento.

A internet das coisas

Um tópico muito falado no mundo atual, de aceleradas mudanças tecnológicas, é a **internet das coisas**. Para falar dela, vamos utilizar uma historinha, livremente adaptada de sites da internet. Vamos a ela:

É fim de tarde em uma terça-feira e você está dirigindo para casa, tranquilo, voltando do trabalho. Um sinal na tela multimídia do seu veículo lhe informa que você deve passar no supermercado no caminho e comprar mais leite.

O aviso foi enviado pela Lucy, a central de gerenciamento da sua casa, que, integrada à sua geladeira, já sabe o que você precisa comprar. Esta central está ligada ao GPS do seu carro, que localiza um supermercado no caminho do seu trabalho para casa.

Após fazer as compras, você se aproxima do caixa, saca seu celular e efetua o pagamento através de um aplicativo que substitui sua carteira.

Parece um filme de ficção? Sim. Mas a tecnologia que torna esta cena de Hollywood possível já existe. Não uma tecnologia, mas várias, interligadas pela internet em todas as coisas.

Isto é a **“Internet das Coisas”**, a revolução tecnológica que está em curso e que tem como objetivo **conectar os itens que usamos no nosso dia a dia à rede mundial de computadores**. Cada vez mais surgem eletrodomésticos, meios de transporte e até mesmo tênis, roupas e maçanetas conectadas à Internet e a outros dispositivos, como computadores e smartphones.

A internet conectou pessoas. A internet das coisas vai conectar pessoas e coisas. Sim, já estamos em uma nova revolução tecnológica. ☺ ☺

Consequências da globalização

A produção e o comércio mundial crescem com a globalização. Mas a riqueza concentra-se num pequeno grupo de países, e isso reforça a **desigualdade entre as nações**.

A redução dos impostos de importação é um dos motivos que explicam essa concentração de renda, que beneficiou muito mais os produtos exportados pelos mais ricos. Os mais pobres têm dificuldades para exportar produtos agrícolas para os mais ricos, pois estes subsidiam a produção interna.

Em períodos de crise econômica, os resultados da globalização são dramáticos para os países pobres, pois geram um **custo social altíssimo**. Ocorre o barateamento da mão de obra, o aumento do desemprego e da exclusão social. Outra consequência da globalização é o **aumento da migração** de pessoas dos países pobres para os países ricos.

A globalização não beneficiou a todos. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos. Os grupos com rendimentos mais elevados tornaram-se muito mais ricos e as desigualdades sociais aumentaram.

Uma ordem antiglobal

No início da década de 90 do século passado, o mundo parecia ter entrado em uma fase de amplas oportunidades para todos. Com o fim da Guerra Fria e a consolidação de uma Nova Ordem Mundial, sob a liderança hegemônica dos Estados Unidos, nada parecia deter o processo de globalização e as novas possibilidades de desenvolvimento que ele prometia. Sem o antagonismo comunista representado pela então União Soviética, o capitalismo passou a reinar absoluto no planeta.

As políticas neoliberais deram a sustentação econômica à globalização, enquanto o avanço da tecnologia da informação, particularmente da internet, tornou viável a interconexão e aproximação entre as diversas nações. Ao longo do tempo, porém, esse sistema começou a mostrar algumas fissuras. **Ao contrário do que pregavam alguns dos principais teóricos da globalização, o aumento da integração mundial e a ampliação do comércio não promoveram o bem-estar geral dos indivíduos e a redução das desigualdades entre as nações**. A globalização fez alguns vencedores, mas deixou muitos perdedores pelo caminho. E é nesse fosso de desigualdade que começam a surgir as reações ao sistema de integração econômica mundial.

O questionamento ao livre-comércio

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a **questionar o livre-comércio**, mais especificamente os benefícios dos blocos econômicos.

A abertura comercial expõe os países à competitividade típica do capitalismo e do liberalismo econômico. Ao eliminar as barreiras à importação, os bens que entram no país disputam mercado com os produtos nacionais. Aquele que tem maior vantagem competitiva, seja por cobrar menos impostos, por pagar baixos salários ou por dispor de um câmbio mais favorável para as exportações, vai se dar melhor na conquista pelo

mercado consumidor. E, dependendo do tipo de acordo comercial, a entrada de produtos estrangeiros pode afetar todo um setor da economia de um país.

Nacionalismo

A participação de um país em um bloco econômico e em acordos comerciais faz com que cada um ceda um pouco em seus interesses nacionais em prol de acordos coletivos que prometem gerar maior prosperidade para todos, por meio do livre comércio.

Contudo, parcelas expressivas dos trabalhadores perceberam que, com a globalização, a manutenção de um padrão de vida, de aumento da renda e a perspectiva de ascensão social tornou-se mais difícil. Por outro lado, a crise econômica de 2008 também levou a um aumento do desemprego em vários países pelo mundo.

A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estão roubando os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

Entretanto, as causas da crise não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

Esse cenário de questionamento ao livre comércio e à livre circulação de pessoas reascendeu sentimentos de identidade nacional, conhecidos como nacionalismos.

O nacionalismo expressa um sentimento cívico, de lealdade à pátria. Nesse sentido, etnia, língua, religião e história são vistos como elementos unificadores de uma nação. Contudo, o nacionalismo também pode expressar uma ideologia, que se fundamenta nos valores de identidade nacional para alcançar objetivos políticos. Nacionalistas, defendem a tese de que a solução para os problemas econômicos e sociais de um país está em menos integração, mais protecionismo e maior restrição ao ingresso de trabalhadores estrangeiros no país. As relações com outras nações acabam sendo definidas mais em termos de competição, onde prevalecem as rivalidades nacionais. Para especialistas, a eleição de Donald Trump e o fenômeno do Brexit são exemplos de ascensão do nacionalismo político.

A xenofobia

Um dos pilares da globalização é a livre circulação de capitais (dinheiro), bens, serviços e pessoas. Contudo, o **livre trânsito de pessoas sempre foi um aspecto frágil da globalização**. O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos proporcionou enormes avanços nos meios de transporte, o que ajudou a intensificar os movimentos migratórios em diversas partes do mundo. O desenvolvimento das telecomunicações, por sua vez, facilitou as transferências bancárias, permitindo a um imigrante africano que mora na Europa enviar parte de seu salário mensalmente para ajudar os familiares que vivem em sua terra natal.

Mas, **enquanto o fluxo de capitais e mercadorias sempre foi estimulado pelos defensores do mundo globalizado, a imigração foi e continua sendo um tema polêmico, principalmente nos países economicamente desenvolvidos**. No pós-guerra, quando havia necessidade de mão de obra nos principais países europeus, como Reino Unido, Alemanha e França, a entrada de imigrantes de países pobres até era facilitada, e eles chegaram em peso ao continente.

Contudo, a integração desses contingentes à nova situação nem sempre foi tranquila. Muitos argelinos que vivem na França, turcos moradores da Alemanha ou jamaicanos residentes na Inglaterra sentem-se marginalizados, vivendo nas periferias das grandes cidades e com acesso restrito ao mercado de trabalho. Esse é um dos fatores que explicam as revoltas de adolescentes em subúrbios franceses, frequentes nos últimos anos.

Em uma situação de crise, os ânimos nacionalistas tendem a se aflorar. Muitos nacionais de países desenvolvidos, por exemplo, não aceitam que uma pessoa que veio de outro país possa compartilhar os mesmos direitos de quem nasceu ali. E esse nacionalismo pode descambar para a **xenofobia**.

O termo, derivado do grego, significa literalmente **"medo do estrangeiro"** e é usado para definir **o receio e a hostilidade que muitas pessoas sentem em relação a cidadãos de outras nacionalidades que vivem em uma mesma cidade ou país**. Além da questão econômica, principalmente relacionada ao mercado de trabalho, o estranhamento em relação a hábitos culturais ou costumes religiosos diferentes pode acirrar esses sentimentos xenófobos. Muitas vezes terminam em ódio e violência.

No entanto, a imigração e a exposição a diferentes hábitos e culturas fazem parte da história da humanidade. Muitas nações construíram suas identidades a partir do contato com outras culturas e cresceram economicamente com o esforço do trabalhador imigrante. Mesmo na Europa atual, com as taxas de natalidade em declínio, projeções apontam que faltará mão de obra no futuro para sustentar o crescimento econômico. E, nesse sentido, a aceitação do trabalhador imigrante seria fundamental para driblar essa encruzilhada demográfica.



O termo **globalismo** tem sido citado por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, por Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, por Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores brasileiro e por lideranças e ativistas políticos da direita internacional e brasileira. É um termo polissêmico, isto é, possui vários significados a depender do contexto em que é utilizado.

Para a linha crítica do fenômeno da globalização, o **globalismo significa um governo mundial formado por órgãos supranacionais**, ou seja, **acima da administração de cada país**. Por isso o questionamento a instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e a determinados tratados e acordos internacionais, que estariam a serviço da implantação do governo mundial e do enfraquecimento dos estados nacionais.

"Boa parte da direita internacional defende que o globalismo é um esquema organizado, um projeto de dominação global", afirmou ao G1 David Magalhães, professor de relações internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap).

O **conceito de globalismo se difere de globalização** – este último está relacionado à economia. "A globalização é uma ordem espontânea, voluntária, enquanto o globalismo

envolve uma ação coordenada, com organização", comparou Adriano Gianturco, coordenador do curso de relações internacionais do Ibmec-MG.

Comércio internacional

Um elemento central da globalização é o **livre-comércio**, ou seja, a criação de um sistema em que bens e serviços são comercializados sem restrições tarifárias.

O comércio internacional nunca foi tão intenso, como nas décadas recentes, mas as exportações dos países ricos cresceram muito mais do que as dos países pobres. Atualmente, apenas dez países (dos 195 do planeta) monopolizam mais da metade de todo o comércio internacional.

Um dos instrumentos desse crescimento foi a criação da **Organização Mundial do Comércio** (OMC), em 1995, com o objetivo de abrir as economias nacionais, eliminar o **protecionismo** (quando um país impõe taxas para restringir a importação de produtos e proteger a produção interna) e facilitar o livre trânsito de mercadorias.

A OMC funciona com rodadas de discussão sobre temas, que chegam ao final quando se fecham os acordos. A Rodada Doha, aberta em 2001 (com prazo previsto até 2006), entrou num impasse não resolvido até hoje. Os países ricos querem maior acesso de seus produtos aos países em desenvolvimento. Esses, por sua vez, buscam restringir as vantagens econômicas, como os subsídios (auxílio financeiro) que os países ricos dão a seus agricultores, e não se chega a um acordo.



Outra função muito importante na OMC é o sistema de resolução de controvérsias. Este mecanismo foi criado para solucionar os conflitos gerados pela aplicação dos acordos sobre o comércio internacional entre os membros da OMC. As disputas surgem quando um país adota uma medida de política comercial ou faz algo que um ou mais membros da OMC considerem que viole os acordos da própria organização. Exemplo de aplicação deste mecanismo é o contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos.

Em 2004, o Brasil venceu na OMC uma disputa contra os subsídios recebidos por produtores de algodão dos EUA, ficando com o direito de impor sanções contra produtos norte-americanos no valor de US\$ 830 milhões. O Brasil concordou em suspender a punição, caso os EUA depositassem dinheiro em um fundo de assistência para produtores brasileiros de algodão.

Os EUA pagavam a compensação em parcelas mensais, suspensas em outubro de 2013, o que levou o governo brasileiro a ameaçar impor impostos mais altos para produtos norte-americanos. Em outubro de 2014, os dois países chegaram a um novo acordo. Os Estados

Unidos concordaram em pagar aos produtores brasileiros de algodão mais US\$ 300 milhões para encerrar a disputa.



Globalização

Processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por todo o globo.**

Origem da globalização remonta as grandes navegações e ao colonialismo europeu do século XV.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da revolução tecnológica, especialmente no setor de telecomunicações, que possibilitou uma veloz circulação do capital e das informações pelo globo.

Globalização atual é um processo em curso, uma nova fase do capitalismo financeiro, comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais.

Características da fase atual da globalização

Diminuição do poder dos Estados nacionais em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais.

Multipolaridade, com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.

Nova Divisão Internacional do Trabalho: Os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (emprestimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros).

Predomínio do capitalismo financeiro: O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poder econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

Predomínio de práticas neoliberais que visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.

Integração mundial do mercado financeiro, possibilitada pela revolução nas telecomunicações que propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro.

Troca instantânea de informações, que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.

Aumento do comércio mundial, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.

Proliferação de blocos econômicos

Seletividade das migrações, com muitos obstáculos, a migração de trabalhadores de baixa renda e qualificação em direção aos países ricos e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, nesses países.

Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais: A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.

Emergência de uma sociedade civil global. Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

Neoliberalismo

Conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação ou mínima participação do estado na economia.

Princípios:

a) Liberdade de mercado com a eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio.

b) Mínima participação do Estado na economia: Crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade.

c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos: Crença de que o Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, o que provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. A manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.

d) Livre circulação de capitais, visando garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.

e) Flexibilização do mercado de trabalho, podendo-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.

f) Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros com a eliminação de qualquer protecionismo econômico.

Contestações à globalização

A globalização não beneficiou a todos. A pobreza diminuiu, mas aumentou a desigualdade entre os países e as pessoas. Um grupo reduzido de países e de pessoas concentram a maior parte da riqueza mundial.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a **questionar o livre-comércio, os blocos econômicos, a livre circulação de pessoas, a imigração, os estrangeiros**. A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estariam “roubando” os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

A resposta de muitos governos à crise foi a adoção de políticas nacionalistas, baseadas na exploração do sentimento de identidade nacional para se posicionar na disputa global com outros países. Nesse contexto, partidos e segmentos de extrema direita crescem na Europa, nos Estados Unidos e em outros países pelo mundo. A plataforma dessas agremiações e segmentos privilegia a soberania sobre a economia e as fronteiras e um discurso anti-imigratório e, especialmente, em favor da saída dos países e/ou mudanças substanciais nos blocos econômicos que fazem parte.

As causas da crise de 2008 não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

BLOCOS ECONÔMICOS

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem **quatro modelos básicos de bloco econômico**:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

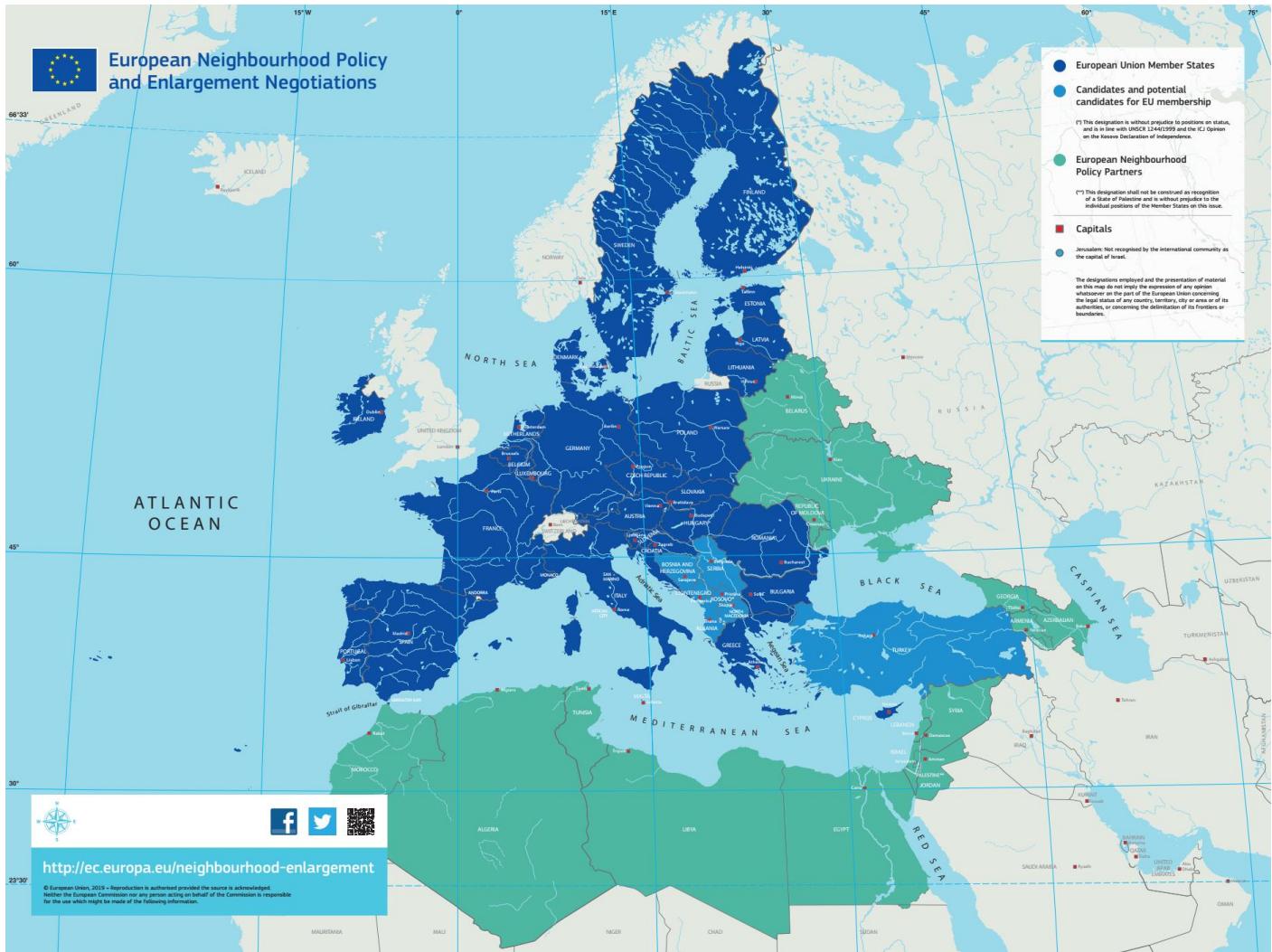
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

União Europeia

A União Europeia (UE) representa **o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos** no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, **com 27 países membros** (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O Euro, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tensiona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O Reino Unido é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **“Brexit”**. O acrônimo é uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit”

(saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Thereza May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Thereza May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiantamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e o Reino Unido saiu da União Europeia, **COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- Fatura de saída do Reino Unido: ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras imigratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, **terão que seguir as regras imigratórias do bloco europeu**.

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.

O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle alfandegário britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

Controle de circulação de produtos entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Reino Unido sai da UE, mas Irlanda do Norte deve manter regime aduaneiro do bloco



- Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**. Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O **Paraguai** foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia, o Chile, o Equador, o Peru, a Colômbia, a Guiana e Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O **Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL** já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidados nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 27 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.

A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outra bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizarem e reduzirem os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Situação atual

Quando da sua assinatura, foi anunciado que o processo de detalhamento do acordo e de aprovação parlamentar e ratificação levasse em torno de dois anos. Ou seja, estimava-se que acordo entraria em vigência no meio do ano de 2021. Até aquele momento, o avanço obtido foi no detalhamento do acordo comercial. Nos dois blocos econômicos, há pressões contra a liberalização comercial. Nos últimos anos, o desmatamento da Amazônia brasileira foi utilizado como argumento para manifestações de países da União Europeia, como a França, e de Legislativos europeus contra o acordo comercial.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US\$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá) ou T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá) ou CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México) entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), acordo comercial assinado em 1992 e que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México.

Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando a negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

Além da mudança de nome, podemos destacar alguns pontos em que foram feitas alterações:

Comércio Digital: não cobrança de impostos aduaneiros sobre produtos de origem digital, como ebooks, jogos e músicas e proteção das companhias de internet para que não sejam responsáveis por conteúdos que são produzidos por seus usuários. Essa cláusula beneficia os Estados Unidos, com empresas que estão entre as maiores do mundo em produtos de origem digital que serão comercializados no Canadá e México, sem tarifas aduaneiras.

Propriedade Intelectual: aumento da proteção à propriedade intelectual abrangendo especialmente o segmento farmacêutico, inovações na agricultura, escritores e compositores. **Extensão dos direitos autorais de 50 para 70 anos** após a morte do autor, favorecendo, os norte-americanos, considerando que a maioria da produção intelectual concentra-se no país em relação aos demais.

Medicamentos: aumento de oito para dez anos da proteção de patentes de novos medicamentos, antes que seja permitido a quebra de patente e fabricação de genéricos nos demais países, o que beneficia a grande indústria farmacêutica estado-unidense.

Setor automotivo: a ideia do acordo é garantir com que as empresas automobilísticas permaneçam na região, evitando com que busquem mercados com mão de obra mais barata, como, por exemplo, os asiáticos. Dessa forma, para que os produtos finais não possuam tarifas, é necessário que ao menos 75% das peças dos automóveis sejam produzidas em Estados Unidos, México e Canadá. Além disso, o acordo coloca que 40 a 45% das peças devem ser produzidas por trabalhadores que recebam, ao menos US\$16 por hora até 2023.

Laticínios: o acordo prevê a abertura do mercado canadense de laticínios, antes protegido pelo governo canadense. Com isso, aumentam-se as possibilidades de exportação de laticínios estadunidenses ao Canadá.

“Sunset clause”: O NAFTA não tinha cláusula de validade. Já o novo acordo **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Em novembro de 2020, quinze países da Ásia e da Oceania assinaram um acordo para formar a **maior associação comercial do mundo**. Trata-se da **Parceria Econômica Regional Abrangente** (*Regional Comprehensive Economic Partnership*, ou RCEP, sigla em inglês), que reúne cerca de um terço da população mundial e aproximadamente 30% do PIB global.

Assinaram o acordo **China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia**, juntamente com os dez países que compõem a **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (Asean): Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei.

A **Índia** fez parte das negociações, mas desistiu por temer que a redução das tarifas prejudicasse seus produtores.

A aliança elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos. Como boa parte dos participantes são países industrializados e tecnologicamente avançados, juntamente a outros que apresentam uma mão de obra ainda de baixo custo, pode-se esperar um fluxo comercial muito intenso.

O acordo também inclui proteções sobre propriedade intelectual e capítulos sobre investimentos e comércio de bens e serviços. Além disso, estipula mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, concebida como uma forma de a China se opor à influência que os Estados Unidos vinham exercendo na região durante o governo de Barack Obama.

Os EUA lideraram a formação da **Parceria Transpacífica** (TPP, na sigla em inglês), da qual faziam parte 12 países da bacia do Pacífico na Ásia e na América. Além dos norte-americanos, estavam no TPP o México, o Chile, o Peru, a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia, entre outros países, mas não a China.

Para os Estados Unidos e o Japão, o Tratado representaria uma oportunidade de ficarem à frente da China e de criarem uma zona econômica na bacia do Pacífico capaz de contrabalançar o peso econômico dos chineses na região.

Contudo, ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco. O argumento de Trump, para a saída dos EUA foi o de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país.

Enquanto o TPP se concentrava na redução de barreiras não tarifárias (proteção do meio ambiente, padrões para investimento estrangeiro), a RCEP dá ênfase principalmente às tarifas, sem a preocupação com proteções dos direitos trabalhistas, oferecidas pelo tratado promovido originalmente pelos EUA.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.



Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade –

das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tensiona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Brexit é a abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, o que não aconteceu. Sem conseguir aprovação do acordo com o Parlamento britânico, Thereza May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, que conseguiu aprovar a saída do Reino Unido da **União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos com a União Europeia, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira.

Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco.

Direitos de pesca em mares britânicos: pescadores europeus continuarão a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Os acordos comerciais com a União Europeia e o EFTA ainda não entraram em vigência.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, juntamente com os dez países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O acordo elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, com o objetivo de se opor à Parceria Transpacífica (TPP), grande bloco comercial estruturado no governo de Barack Obama, que contava com importantes países da América e Ásia. Ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

GUERRA FRIA 2.0

A crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0.

Só para nos lembrarmos: a Guerra Fria “original” foi uma disputa entre duas superpotências na segunda metade do século XX: **Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, liderando um bloco de países capitalistas e socialistas, respectivamente. Este período de intensa competição geopolítica, teve início em 1947, logo após o término da 2º Guerra Mundial, e terminou em 1991, com a dissolução da União Soviética.

Não houve um conflito armado direto entre as duas superpotências. Por isso o nome: Guerra Fria, ou seja, o conflito não chegou a “esquentar” e ir para o campo de batalha. Os dois países foram os grandes vencedores da 2º Guerra Mundial e buscavam aumentar sua área de influência, tanto por meios materiais – através da economia e do poder bélico – quanto por suas distintas ideologias.

A disputa atual, chamada Guerra Fria 2.0, não tem a característica de iminência de um conflito armado. Afinal, a maioria dos países já percebeu ao longo da história que, em se tratando de superpotências que possuem grande capacidade de destruição nuclear, isso não é benéfico para nenhum dos lados. Mas à semelhança daquele conflito, a **Guerra Fria 2.0 envolve uma disputa de poder geopolítico entre os dois países, sobretudo através do desenvolvimento econômico e tecnológico.**

No seu processo de transformação para a grande potência que é hoje, nas décadas de 80 e 90, a China virou a “fábrica do mundo”, “roubando” muitos empregos norte-americanos. O país também expandiu sua influência geopolítica para áreas que até então estavam sob influência norte-americana, conquistando novos mercados e aliados que até então estavam sob influência dos norte-americanos.

O discurso anti-China, que já era presente durante o governo de Barack Obama (2009-2017), chegou à um nível muito mais elevado com **Donald Trump** (2017-2021), que se elegeu com um discurso de ser mais rígido com a China. No poder, Trump deu início à uma série de retaliações comerciais à China, no que ficou conhecido como **Guerra Comercial**.

Trump acusava o país de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia. Mas o ponto principal era o elevado e crescente **déficit comercial** dos Estados Unidos para com a China.

Como medidas, os EUA elevaram tarifas de importação sobre mais de US\$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US\$ 110 bilhões.

Em janeiro de 2020, os dois países chegaram a um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, o documento assinado prevê que a China compre mais US\$ 200 bilhões em produtos e serviços dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral.

Mas isso não tornou pacíficas as relações entre os dois países. Ao longo do ano de 2020, Donald Trump endureceu as medidas anti-China. A seguir, listo alguns fatos importantes que ocorreram ao longo daquele ano:

- O ex-presidente desferiu críticas frequentes e contundentes à China na questão da pandemia, responsabilizando o país pela demora no controle sanitário, deixando de evitar, assim, o espraiamento do surto do coronavírus de seu território para o resto do mundo.
- Em julho de 2020, Donald Trump ordenou **fechamento do consulado chinês em Houston**, sob justificativa de espionagem econômica e roubo de propriedade intelectual. Em resposta às medidas tomadas pelos Estados Unidos, **a China fechou o consulado americano na cidade de Chengdu**.
- Em abril, maio e julho, os EUA realizaram exercícios militares no Mar do Sul da China, área estratégica, por onde passam boa parte das exportações chinesas.
- Outro ponto de tensão se deu em relação ao aplicativo **TikTok**, a rede social chinesa que dominou o mundo, ganhando também muito espaço nos Estados Unidos. Trump ameaçou banir o aplicativo, sob o pretexto de que a rede não protege (ou até vaza) os dados dos seus usuários. Como a proposta não se apresentou atraente para os investidores norte-americanos, não houve seguimento.
- Em resposta à nova lei de segurança anunciada por Pequim para Hong Kong, Trump revogou o status de parceiro comercial preferencial, que facilitava negócios, à Hong Kong. Reino Unido, Austrália e Canadá, parceiros dos EUA, também tomaram a mesma medida.

Muitos analistas políticos fazem a leitura de que Trump endureceu o jogo em 2020 para conseguir melhorar sua imagem para a disputa das eleições presidenciais daquele ano, que se desgastou devido à má gestão do ex-presidente sobre a pandemia de Covid-19 no país.

No governo de Joe Biden, não houve mudança de postura. O que há é uma mudança de estratégia. Os Estados Unidos continuam tentando barrar o crescimento da influência geopolítica da China pelo mundo. Conter o expansionismo chinês é uma pauta bipartidária, defendida tanto por democratas quanto por republicanos.

Isso porque, para além de simples questões comerciais, a disputa entre Estados Unidos e China envolve também questões tecnológicas, como a **batalha pelo 5G**, que é a evolução da atual rede de internet, com velocidade muito maior do que a atual 4G.

A tecnologia 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “**internet das coisas**”, abrindo um leque enorme de inúmeras possibilidades para o desenvolvimento tecnológico, com carros, casas e cidades cada vez mais inteligentes e conectadas.

A empresa chinesa **Huawei** é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de **telecomunicações do planeta**. Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva **Meng Wangzhou** - filha do fundador da empresa –, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é o carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.



Guerra Fria 2.0

A Guerra Fria “original” foi uma disputa entre duas superpotências na segunda metade do século XX, que disputavam áreas de influência no mundo e apoiavam militarmente países e grupos aliados. Os Estados Unidos, liderando o bloco de países capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liderando o bloco de países socialistas. Este período de intensa competição geopolítica, teve início em 1947, logo após o término da 2ª Guerra Mundial, e terminou em 1991, com a dissolução da União Soviética.

A crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0. Também é uma disputa geopolítica e por áreas de influência no mundo, mas não tem como cenário principal a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo. É sobretudo uma disputa de poder econômico, com tentativas de dificultar a evolução do oponente também no desenvolvimento de novas tecnologias e inteligência artificial.

ESTADOS UNIDOS

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. A posse ocorreu no dia 20/01/2021 e o término de seu mandato ocorrerá em 20/01/2025.

Joe Biden foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

Sistema eleitoral e eleição presidencial

Diferentemente do Brasil, onde o presidente se elege com a maioria dos votos populares, nos Estados Unidos, o presidente se elege com a maioria dos votos do **colégio eleitoral**, que é formado pelos delegados eleitos pelos estados. O número de delegados de cada estado corresponde ao número de deputados e senadores de cada um dos 50 estados. Mais os três delegados do Distrito de Colúmbia (capital Washington). Ao todo, existem 538 delegados. **Para ser eleito, o candidato deve ter o voto de 50% mais um dos delegados (270).**

Na votação, os eleitores marcam na cédula o nome do candidato que querem para presidente, mas, na realidade, isso é contabilizado para a chapa de delegados.

Apesar de cada estado possuir seus delegados, e cada delegado possuir seu próprio voto, em 48 dos 50 estados americanos e no distrito de Colúmbia, **o candidato que recebe mais votos, fica com todos os delegados daquele estado**. É o chamado "**winner takes all**" (o vencedor leva tudo). Por exemplo, se, em um estado, a votação foi muito acirrada, com uma vantagem minúscula de um candidato sobre o outro, o candidato que obteve a vantagem levará **todos** os delegados desse estado. Apenas dois estados não seguem essa lógica, Maine e Nebraska, onde há uma certa proporcionalidade.

As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. O motivo foi a **pandemia de Covid-19**, com dezenas de milhões de eleitores optando por votar por essas modalidades para evitarem as aglomerações nas seções eleitorais no dia oficial da votação. Os votos antecipados ou pelo correio não são novidades nas eleições americanas. É uma modalidade que é permitida na grande maioria dos estados americanos. Em alguns estados, desde que o eleitor vote pelo correio até o dia 03 de novembro, o seu votado é contabilizado, mesmo que chegue alguns dias depois desse dia de votação.

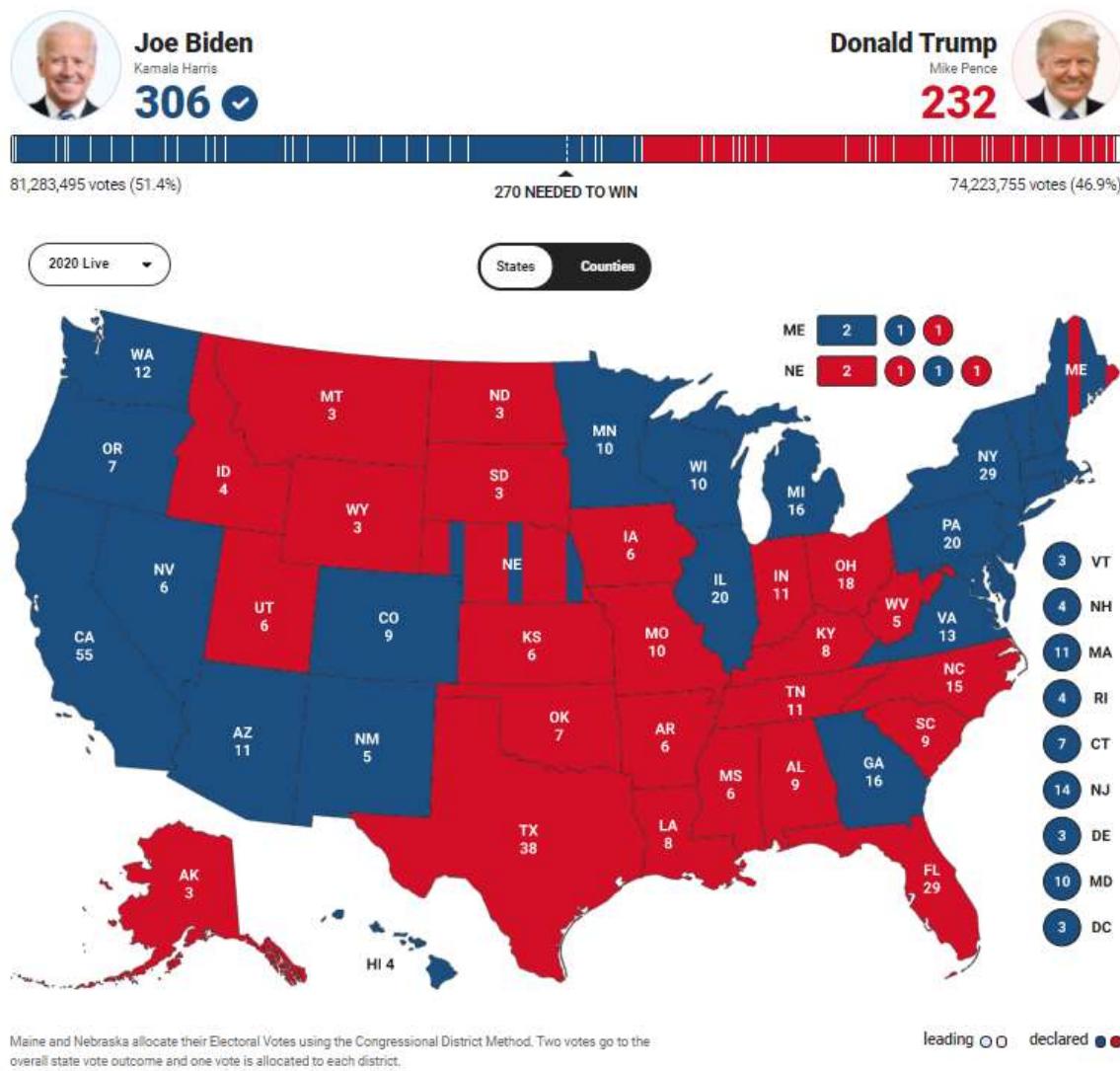
Cabe mencionar que, não existe um Tribunal Superior Eleitoral nos EUA, como no Brasil. As eleições são organizadas por cada estado, conforme regras eleitorais próprias. Quem organiza, executa e coordena todo

o processo eleitoral é o poder executivo estadual. O resultado final é analisado e aprovado pelo poder legislativo de cada estado.

O voto é facultativo. Na eleição de 2020, houve um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.

Presidential Election Results



No dia 14 de dezembro de 2020, os delegados se reuniram em cada estado e votaram no candidato a presidente. Foi uma votação simbólica, pois como já dissemos, já se sabia o resultado, em função do sistema eleitoral americano.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciais estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas. Observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) também afirmaram em relatório que não houve nenhuma irregularidade grave nas eleições norte-americanas.

Invasão do Capitólio

No dia 6 de janeiro de 2021, durante a sessão conjunta de certificação da vitória de Joe Biden como presidente, partidários do ex-presidente, Donald Trump, se reuniram na capital, Washington DC, para protestar contra o resultado da eleição presidencial de 2020.

O movimento culminou com a invasão do Capitólio, como é conhecido o Congresso norte-americano. A invasão durou boa parte da tarde e continuou até o começo da noite. Na madrugada, as forças policiais conseguiram recuperar o controle do Capitólio, que ficou bastante depredado. Ao menos cinco pessoas morreram em decorrência do caso - entre eles, um policial - e dezenas foram presas.



A postura de Donald Trump foi duramente criticada por jornalistas, autoridades e políticos de ambos os lados do espectro político. Trump passou boa parte das eleições desqualificando o processo eleitoral, rejeitando os resultados e denunciando a existência de supostas fraudes.

Mais cedo, no dia da invasão, em discurso em frente à Casa Branca, Donald Trump pediu a seus seguidores que se manifestassem contra a certificação da vitória de Joe Biden nas eleições.

A postura de Trump culminou na abertura de um inédito **segundo processo de impeachment**, acusado de **incitar a insurreição**. Com isso, Trump se tornou o primeiro presidente na história a ter dois processos do tipo. O impeachment foi aprovado na Câmara dos Representantes (deputados federais), de maioria democrata, entretanto, o ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Nos Estados Unidos, a aprovação de um impeachment na Câmara dos Representantes equivale a uma aceitação da denúncia, o presidente continua no cargo. Somente se o Senado condenar o presidente é que ele é afastado do cargo, por meio da sua destituição.

O primeiro impeachment foi em dezembro de 2019. Trump foi acusado de **abuso de poder e obstrução do Congresso**. Como no segundo processo, a Câmara dos Representantes aprovou o pedido, que foi rejeitado pelo Senado, em fevereiro de 2020.

O governo de Joe Biden

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump. O ex-presidente tinha feito o mesmo, em relação a medidas do governo de Barack Obama. Isso demonstra, governos com perfis programáticos bastante diferenciados em vários temas da agenda político-governamental.

Vejamos agora, os principais aspectos e fatos ocorridos no seu governo até o presente.

Covid-19

Os Estados Unidos são o país com o maior número de infectados e de mortes pela Covid-19 em todo o mundo. A postura de Donald Trump frente à crise foi muito criticada, tensionando pela reabertura do comércio e da economia, quando da adoção de medidas restritivas por estados e municípios, fazendo pouco caso da gravidade da pandemia e da importância do uso de máscaras de proteção.

O governo tem incentivado o uso de máscaras de proteção e o seu uso se tornou obrigatório nas propriedades federais (prédios, repartições públicas etc.). Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, da sigla em inglês) estabeleceram a **obrigatoriedade do uso de máscaras para viagens de avião ou dentro de transportes públicos, como ônibus e metrôs**. A regra tornou a recusa de usar uma máscara uma violação da lei federal, imposta pela Administração de Segurança de Transporte e outras autoridades federais, estaduais e locais.

A vacinação foi acelerada. Centenas de milhões de doses foram aplicadas. **Não há falta de doses de vacinas nos EUA**. Os imunizantes estão disponíveis para quem quiser se imunizar, conforme os critérios e as orientações dos órgãos governamentais de saúde. **O número diário de novos casos e mortes caíram drasticamente com a vacinação em massa.**

O país voltou a fazer parte da **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Trump havia retirado o país da Organização.

Questão migratória

- Fim do voto à entrada de cidadãos de determinados países com população de maioria muçulmana.
- **Paralisação da construção do muro na fronteira com o México.** A construção do muro pouco avançou no governo Trump e era a sua principal proposta para intensificar o bloqueio da entrada de imigrantes ilegalmente por essa fronteira.
- Envio de um projeto de lei de imigração ao Congresso norte-americano, que propõe regularizar a situação de milhões de imigrantes que vivem ilegalmente nos Estados Unidos.

Meio Ambiente

- Retorno dos Estados Unidos ao **Acordo do Clima de Paris**. O tema do aquecimento global era uma das prioridades de campanha de Joe Biden.
- Organização da **Cúpula dos Líderes sobre o Clima**, fórum que contou com a participação de 40 chefes de Estado para debater questões climáticas e apresentar compromissos para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa.
- O governo não irá mais autorizar novas perfurações de petróleo e gás em terras públicas federais. Também foi proposta a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural);
- Programa de renovação da frota de carros e caminhões do governo, com aquisição de veículos movidos a energia elétrica.

Com isso, Biden adota uma postura antagônica à de Donald Trump, que demonstrava pouca preocupação com a questão ambiental e havia incentivado a utilização de fontes de energia poluentes e não-renováveis em detrimento às energias limpas e renováveis. O objetivo é a **reestruturação da matriz energética norte-americana em uma transição para uma economia verde**, com baixa emissão de carbono.

Economia

Para estimular a atividade econômica, Joe Biden conseguiu aprovar o **Plano de Resgate Americano** (de US\$ 1,9 trilhão), que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Também apresentou o **Plano de Emprego Americano** (US\$ 2,25 trilhões), projeto para infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Para financiar o projeto de infraestrutura, o governo propõe o **Made in America Tax Plan**, que busca elevar a arrecadação norte-americana de impostos em US\$ 2,5 trilhões nos próximos 15 anos. A próxima etapa da série de reestruturações da economia do governo Biden será o **American Family Plan**, ou Plano da Família Americana, que pretende taxar ricos para financiar a educação.

Política Externa

Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos como a União Europeia, Canadá e Japão. A postura é de buscar o entendimento sobre grandes temas internacionais - economia, comércio, meio ambiente, segurança, democracia e direitos humanos - por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

Os EUA são o principal ator da geopolítica e das relações internacionais.



Estados Unidos

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. **Joe Biden** foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. Houve, também, um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciais estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas.

No dia 6 de janeiro de 2021, partidários do ex-presidente, Donald Trump, invadiram o Capitólio dos Estados Unidos. Um segundo impeachment foi aberto contra Trump, acusado de incitar a insurreição. O ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump.

Covid-19: As principais medidas são o incentivo ao **uso de máscaras de proteção**, obrigatoriedade do uso nas propriedades federais (prédios, repartições públicas etc.) e aceleração da vacinação. Não há falta de doses de vacinas nos EUA.

Migração: fim do veto à entrada de cidadãos de países muçulmanos nos EUA e a paralisação da construção do muro na fronteira com o México.

Meio Ambiente: retorno dos Estados Unidos ao Acordo do Clima de Paris e organização da Cúpula dos Líderes sobre o Clima.

Economia: medidas de estímulo a atividade econômica - aprovação do Plano de Resgate Americano, que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Apresentação do Plano de Emprego Americano, projeto para a infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Política Externa: Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos, por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

CHINA

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos “made in China”, tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a China tornou-se um grande importador de commodities, como petróleo e minério de ferro.

Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada “diplomacia econômica”. Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país apostou no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de “**Nova Rota da Seda**”. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente

Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurasiana, a China criou um fundo com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.



Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma ditadura que **reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época”, a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.

Mar do Sul da China

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas

para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tinha base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim não reconheceu e não acatou a decisão.

O país também disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Taiwan

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de Taiwan, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país.



Localização da ilha de Taiwan

Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan. A China, governada pelo Partido Comunista Chinês passou a se denominar República Popular da China (RPC). Taiwan seguiu utilizando a denominação anterior do país: República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.

Essa situação durou até 1971, quando a República Popular da China ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais. Atualmente, a ilha domina a produção global de chips para computador, um componente extremamente importante para as cadeias globais de produção.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia. **Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada.**

O governo chinês em Pequim tem pressionado militar, econômica e diplomaticamente Taiwan para atingir seu objetivo de longo prazo de "Uma China": um único país unificado, incluindo a ilha. Mas Taiwan recebe apoio internacional, sobretudo, dos Estados Unidos. A situação da ilha tem sido usada de forma estratégica para os EUA pressionarem a China no cenário das disputas geopolíticas entre esses dois países.

Em setembro de 2022, as tensões entre os dois países se elevaram com a viagem da Presidente da Câmara dos Representantes (Câmara dos Deputados) dos EUA, Nancy Pelosi, à ilha de Taiwan. Atualmente, ela é a principal voz do Legislativo americano. A parlamentar sempre defendeu uma atitude dura dos Estados Unidos em relação à China.

A China vê as visitas de autoridades americanas à Taiwan como um sinal encorajador para o campo pró-independência na ilha democrática e autogovernada. Pequim considera Taiwan parte de seu território e nunca renunciou ao uso da força para colocar a ilha sob seu controle. Taiwan rejeita as reivindicações de soberania da China e diz que apenas seu povo pode decidir o futuro da ilha.

Embora não tenha relações diplomáticas formais com Taiwan, assim como a maioria dos países do mundo, os EUA são o mais importante financiador internacional e principal fornecedor de armas do território, o que causa imenso desgosto à China, que tem adotado uma postura belicista na tentativa de controlar a situação.

Um dia após sua visita, a China disparou vários mísseis ao redor da ilha, o que foi considerado o maior movimento militar já realizado pela China no Estreito de Taiwan.

A pressão que os Estados Unidos tem estabelecido para com a China e a favor de Taiwan – assim como fez nos acontecimentos de Hong Kong –, tem um contexto muito mais profundo, que é o da disputa tecnológica e econômica entre esses dois países.

Essa crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0. É uma disputa geopolítica e por áreas de influência no mundo, sobretudo uma disputa de poder econômico, com tentativas de dificultar a evolução do oponente também no desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo na área de informação e comunicação.

Hong Kong

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Localização de Hong Kong. Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico, em 1842, tornando-se um importante centro econômico do Reino Unido no continente asiático. Em 1997, Hong Kong voltou a fazer parte da China, com base **Declaração Conjunta Sino-Britânica** e sob o princípio de **"um país, dois sistemas"**.

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos.

A região possui um **alto grau de autonomia**, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta “autonomia” é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma **proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental**, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, multidões foram as ruas protestar contra esse projeto de lei e pela renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam. Em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Em maio de 2020, durante a Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, foi apresentada uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. O anúncio da lei desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região.

A nova lei, já em vigor, endurece o controle, a repressão e estabelece penalidades mais severas para qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong. Também prevê autorização para que os organismos vinculados ao governo chinês estabeleçam em Hong Kong escritórios com autoridade em termos de segurança nacional.

O movimento pró-democracia de Hong Kong afirma que a medida abre o caminho para um retrocesso sem precedentes das liberdades locais. Com base nessa lei, ativistas políticos foram presos e estão sendo processados e órgãos de imprensa têm sido alvo de repressão das autoridades chinesas.



China

Em valores totais, o PIB da China é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Mas Taiwan recebe certo apoio internacional, sobretudo, dos Estados Unidos. A situação da ilha tem sido usada de forma estratégica pelos EUA para pressionarem a China no cenário das disputas geopolíticas entre esses dois países. Em setembro de 2022, a Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, fez uma visita à ilha de Taiwan. Após a visita, a China fez vários dias de exercícios militares ao redor da ilha, o que foi considerado o **maior movimento militar** já realizado pela China relacionado à Taiwan.

Hong Kong é uma **Região Administrativa Especial** que possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Grandes protestos ocorreram na região, entre fevereiro de 2019 e março de 2020, contra uma proposição legislativa para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental. O governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Em maio de 2020, a China instituiu uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong, que desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região. Com base nessa lei, ativistas políticos foram presos e estão sendo processados e órgãos de imprensa têm sido alvo de repressão das autoridades chinesas.